Política criminal de drogas e recrudescimento do sistema penal: uma análise crítica a partir da lógica do capitalismo

Pedro Henrique de Oliveira Coutinho¹
Lorenzo Tomazelli Lança²

1. Considerações iniciais

O presente trabalho tem por objetivo a problematização do fenômeno da escalada das legislações criminalizadoras das drogas, relacionadas com a hipertrofia do Estado Penal em detrimento do Estado Social. Diante disso, sob a ótica da Criminologia Crítica, a questão do proibicionismo deve ser inserida numa discussão econômica no sentido de desvelar os interesses ocultos que dão suporte e estimulam o aumento constante da repressão.

Para essa compreensão da política criminal de drogas, é necessário resgatar historicamente e contextualizar todas as questões advindas da temática criminal desde o início dos processos de criminalização de determinadas substâncias entorpecentes, bem como os processos de marginalização e de caracterização do sujeito desviante.

É preciso que se leve a cabo a investigação de como se desenvolveu o processo de criminalização das drogas, traçando motivos políticos e econômicos para o recrudescimento penal, de forma a promover o controle social de determinadas classes. Desse modo, pode-se compreender como o imaginário proibicionista ganha força e como os seus discursos legitimadores se alteram, sempre ocultando os seus motivos econômicos por meio de discursos de natureza político-ideológica voltados ao mascaramento da realidade.

Deriva daí uma construção sociopolítica, ideológica, cultural e simbólica da categoria de “inimigo” a ser combatido pela sociedade, produzindo um sentimento de eterna insegurança, de modo a estabelecer um imaginário punitivo fundado num mote de guerra às drogas através da ideologia da defesa social. Esse papel social é também protagonizado pelos meios de comunicação, os quais atuam incisivamente na perpetuação da ideologia punitiva, fazendo com que o senso (a)crítico da população se baseie na espetacularização da violência.

¹ Estudante de Direito na Faculdade de Direito de Vitória (FDV).
² Estudante de Direito na Faculdade de Direito de Vitória (FDV) e membro do Grupo de Pesquisa Direito, Sociedade e Cultura.
A utilização de teorias da tradição marxista, que originam e fundamentam a criminologia crítica, permite a ruptura com o ideário da sociologia penal liberal, com a consequente modificação de um paradigma analítico, e possibilita uma compreensão de como os processos de acumulação e reprodução do capital influem na expansão de um discurso historicamente válido de proibição das substâncias entorpecentes. Trata-se de analisar criticamente a visceral relação entre a concentração de riquezas (causadora de uma estratificação socioeconômica de classes) e a criminalização seletiva dos indivíduos a serem penalmente controlados pelas agências de poder.

Assim, a partir da metodologia histórico-analítica e do aporte teórico metodológico da criminologia crítica e da tradição marxista, a compreensão da questão criminal não se fará neste estudo por meio de uma análise meramente jurídico-cognitiva, baseada na simples subsunção do fato à norma jurídica, mas sim de modo crítico, voltada finalisticamente à diagnose da política criminal de drogas e dos meandros ideológicos que lhe permeiam no contexto das relações materiais e das relações de poder inerentes às estruturas da sociedade capitalista.

É necessário compreender como a lógica de mercado é estimulada a partir da venda de uma ideologia social do medo, decorrente da atual conjuntura das drogas e do tráfico, e a sua indispensabilidade para a reprodução retroalimentadora de um sistema penal que, contraditoriamente, cresce à proporção em que se intensifica seu fracasso.

E nesse paradigma de um sistema penal extremamente lucrativo dentro da sociedade capitalista, uma análise mais detida ajuda a compreender a política de drogas como um dos maiores pilares de sustentação de uma estrutura socioeconômica miope em relação às suas próprias contradições e maximizadora da lógica de violência que ideológica e paradoxalmente promete combater.

2. Aspecto histórico do processo de criminalização das drogas

Uma simples análise histórica acerca do processo de criminalização de algumas substâncias psicotípicas nos permite observar que nem sempre as drogas foram alvo do proibicionismo — fenômeno este relativamente novo, que veio a ocorrer apenas no início do século XX -, bem como compreender seus discursos legitimadores declarados e não declarados.

Em mais de um século de criminalização das substâncias ditas entorpecentes é possível identificar que dentre os discursos que embasam o proibicionismo estão o da proteção ao indivíduo e o da segurança pública e sanitária. Desta forma, com o intuito de erradicar as
substâncias nocivas à saúde é que se inicia uma “guerra contra as drogas”, através da proibição de determinadas substâncias com o consequente aumento do poder punitivo e, por sua vez, o encarceramento em massa de determinadas classes. Nesse sentido, “a proibição às drogas mostrou-se como uma forma sedutora para o incremento das estratégias de controle social em curso. A sobreposição construída entre “classes perigosas”, “viciados” e traficantes provou-se poderosa, pois encontrou ressonância e suporte nos princípios morais hegemônicos e nas avaliações que apontavam o consumo de psicoativos como séria preocupação sanitária. Com tal articulação, a questão das drogas psicoativas transformou-se num grande problema que justapunha três planos de graves ameaças: à moral, à saúde pública e à segurança pública” (RODRIGUES, 2004, p.138).

Desta maneira, a política criminal de drogas vai se iniciar com o discurso da saúde pública, articulando as noções de segurança pública e controle de classe. Esta última, no entanto, permanece velada, o que caracteriza a política de drogas brasileira no seu estado embrionário e seguindo exatamente essa linha de desenvolvimento até os dias atuais: um discurso oficial, mas que sempre vai encobrir uma série de opções ideológicas do Estado voltada à expansão do poder punitivo e ao controle das classes baixas.

Até o final da primeira década do século XX, o uso de substâncias psicoativas no Brasil era tido como um costume de jovens oligarcas, fato este considerado de pouca importância tanto pelo Estado, como pelos ainda incipientes meios de comunicação da época. No entanto, com o passar do tempo e a com a difusão das drogas entre as classes sociais marginalizadas, tidas como “perigosas”, o uso de determinadas substâncias passou a ser alvo de intensa repressão policial.

Hábitos que sempre estiveram presentes no cotidiano passaram a ser considerados como algo imoral e ameaçador, demandando medidas severas, que culminaram com o aumento exponencial do número de encarcerados em todo o mundo (KARAM, 2009, p.6). Desta forma, fica claro que a proibição das drogas, com o consequente aumento exponencial do poder punitivo, passa a ser uma estratégia de controle social das classes pobres, como será visto mais adiante. Acerca disso, leciona Maria Lúcia Karam (2009, p.6): “O proibicionismo criminalizador de condutas relacionadas àquelas substâncias assim facilitou a expansão do poder punitivo, introduzindo, ou reintroduzindo sob nova roupagem, as ideias de “combate” e de “guerra” como parâmetro para o controle social exercido através do sistema penal”.

Panóptica, vol. 9, n. 2, jul./dez. 2014
No cenário internacional, o processo de criminalização das drogas seguiu caminho parecido, vindo a surgir, basicamente, no ano de 1912 através da Convenção Internacional sobre o Ópio, suscitando aos seus Estados signatários que considerassem a possibilidade de incluir a posse de morfina, cocaína e ópio no rol de substâncias proibidas (KARAM, 2009, p.3). O Brasil como signatário de tal conferência, por meio do decreto 2.861 de 08.07.14 sancionou a Resolução do Congresso Nacional que, por sua vez, consignou a adesão. A partir daí é que a política criminal brasileira de drogas, de acordo com Nilo Batista (1997, p. 130), ganha contornos definidos no caminho de um modelo sanitário.

A partir de uma análise do contexto internacional no qual as convenções foram realizadas, é possível observar as influências que levaram à criminalização das drogas não só no Brasil, como em várias partes do mundo. A Convenção Internacional do Ópio foi a primeira ação internacional com o objetivo de proibir a produção, distribuição e consumo de determinadas substâncias psicotrópicas, sendo adotada pela Liga das Nações, no ano de 1912.

Tal convenção ocorreu em decorrência de um conflito de interesses entre Inglaterra e China, em razão da decisão do imperador chinês de proibir o uso e o comércio do ópio, confiscando grande carga da droga – que passava da Índia para a China, por um trajeto comercial - o que traria grandes prejuízos para a Inglaterra, haja vista os altos investimentos feitos no mercado do ópio. (BATISTA, 1997, p.130)

Neste cenário, no ano de 1919 foi aprovada nos Estados Unidos, por meio de uma emenda à Constituição, a Lei Seca. Através dela, proibia-se toda a comercialização de bebidas alcoólicas no estado norte-americano, bem como sua produção e consumo (RODRIGUES, 2004, p.135). Entretanto, – como nos dias atuais – o banimento da droga não diminuiu o consumo, tampouco erradicou a comercialização, fazendo surgir um mercado paralelo clandestino, no qual era produzida uma bebida de baixa qualidade, possibilitando sérias complicações à saúde dos consumidores.

Interessante observar que a decisão de banir o comércio do álcool não se deu mediante amplas discussões acerca da temática, mas sim, através de uma forte pressão política exercida por grupos puritanos com base em uma ideologia religiosa excessivamente moralista e asceta, como ensina Thiago Rodrigues: (2004, p.135) “Desde a segunda metade do século XIX, associações norte-americanas pelo princípio da retidão moral almejavam a purificação da sociedade estadunidense pelo banimento dos hábitos nocivos e escandalosos aos bons costumes que, em sua avaliação, assolavam a vida no país. [...] O álcool, símbolo máximo da ebriedade na tradição
puritana, foi o alvo principal de ímpeto proibicionista cristalizado em tais associações. Desse modo, pode-se compreender porque a primeira lei largamente penalizadora de uma substância psicotiva na contemporaneidade teve como matéria central essa droga”.

A partir daí, o autor afirma (2004, p.139) que é possível detectar uma grande influência do proibicionismo estadunidense no que tange à política criminal brasileira, que teve como uma de suas primeiras leis sancionadas, o Decreto 4.294 de 6 de julho de 1921, tendo como objetivo a criminalização de determinadas substâncias, estabelecendo: “(...) penalidades para os contraventores na venda de cocaína, opio, morfina e seus derivados; cria um estabelecimento especial para internação dos intoxicados pelo álcool ou substâncias venenosas; estabelece as formas de processo e julgamento e manda abrir os créditos necessários”.

Como exemplo da grande influência norte-americana, vale a pena destacar o disposto no artigo 5º do referido decreto, que regulamentou o uso do álcool através de uma sanção imposta aos donos de estabelecimento que estivessem: “fazendo o comércio de bebida ou substância inebriante, a fornecer ao público, fóra das horas fixadas nas posturas municipaes, ou consentir que a qualquer hora, seja alguma bebida ou substancia inebriante fornecida a pessoa menor de 21 annos, ainda que destinada ao consumo de outrem”.

O Decreto legislativo 4.924 de 06.07.21 que veio por revogar o artigo 159 do Código Penal de 1890, trouxe consigo, pela primeira vez, o uso do vago termo “entorpecente”, que perdura até os dias atuais sem uma concreta definição.

Interessante destacar que a utilização de termos vagos e imprecisos vai permanecer como uma constante na evolução legislativa brasileira como estratégia de garantir a expansão punitiva do Estado de maneira formalmente legitimada, isto é, conforme a lei, já que possibilita ao juiz um amplo espaço hermenêutico indevido para quando se envolve a possibilidade de restrição de direitos fundamentais, como é o direito penal e processual penal.

Exemplo clássico disso é o §2º do art. 28 da Lei 11.343, o qual procura distinguir o traficante do usuário de forma extremamente subjetiva, não escondendo o objetivo de controle social das classes baixas, já que a norma prevê, dentre outros critérios, às circunstâncias sociais e pessoais do agente: “§ 2º Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente”.

Panóptica, vol. 9, n. 2, jul./dez. 2014
Logo, o critério social para aferir o indivíduo como traficante ou usuário será preponderante no caso concreto. Caso o sujeito pertença à classe média ou abastada será amparado pelo discurso médico, como um doente que precisa de tratamento. Se pertencente à classe excluída e pauperizada, receberá o tratamento digno do inimigo que é: a suspensão/eliminação dos seus direitos e garantias fundamentais em nome do bem da coletividade.

A adoção do modelo sanitário fica evidente a partir do Decreto 14.969 de 03.09.21 que veio por regulamentar o decreto citado anteriormente, prevendo a criação do “Sanatório para toxicômanos”, bem como o Decreto 20.930 de 11.06.32, que transformou o uso das substâncias tidas como drogas em doença de notificação compulsória, mais precisamente em seu artigo 44, prevendo que “a toxicomania ou a intoxicação habitual por substâncias entorpecentes é considerada doença de notificação compulsória, feita com carater reservado, à autoridade sanitária local”. A doença notificação compulsória consiste na comunicação às autoridades de acordo com as listas de doenças estabelecidas anteriormente por portarias.

Diante disso, fica clara a presença do binômio dependência-tratamento que permeou a legislação vigente à época e permaneceu com a implementação do modelo bélico, que teve como divisor de águas o golpe de Estado de 1964.

A razão da transformação do modelo sanitário para o bélico está diretamente ligada ao golpe militar de 64. Deste modo, sob o pano de fundo da “ameaça comunista”, as drogas passaram a ser vistas como propiciadoras de manifestações libertárias e elemento de subversão, motivo este que legitimou o aumento da repressão dos países ocidentais.

Com o advento de uma ampla rede de comércio internacional de drogas a partir da década de 70, o combate ao tráfico ganhou contornos de guerra, estimulado principalmente pelos Estados Unidos. De acordo com Thiago Rodrigues (2004, p.140), isso levou a uma expansão do poder punitivo e do controle social a nível global, com a criação da Doutrina de Segurança Nacional, posteriormente copiada pelo Brasil, contando com o apoio maciço dos meios de comunicação de forma a legitimar o recrudescimento do sistema penal não só através de uma iminente “ameaça terrorista”, mas também sob o apelo de alta carga ideológica da “guerra às drogas”.

Contudo, o que se observa é a intervenção do sistema penal justamente como precursor da violência e da criminalidade, uma vez que a produção e a mercadoria das drogas por si só não têm o condão de gerar violência, a não ser pelo fato de estarem inseridas num mercado ilegal.

O Estado como criador da ilegalidade, é, portanto, o principal responsável pela escalada da violência.

Apesar do aumento do controle penal sobre as drogas ilícitas por meio de convenções internacionais, o que se viu nos Estados Unidos foi a não redução do uso e do comércio, fazendo surgir uma necessidade por parte do país norte-americano de eleger as drogas como o novo inimigo a ser combatido. Referindo-se ao fracasso na repressão às drogas, Salo de Carvalho (2010, p.19) preconiza que “segundo as agências centrais, sobretudo as norte-americanas, apesar dos esforços repressivos da política externa, a dimensão do problema se agravava visto a não redução dos índices de consumo e comércio domésticos. A estratégia do governo Nixon, com a importante ação de representação dos EUA nos grupos de trabalho sobre política de drogas na Organização das Nações Unidas (ONU) capitaneada por George Bush, foi a de conduzir a opinião pública a eleger as drogas, principalmente a heroína e a cocaína, como (novo) inimigo interno da nação”.

Como consequência, através da Ideologia da Defesa Nacional, que será pormenorizada mais adiante, o traficante passa a ser visto como o inimigo a ser combatido e eliminado não só pelo Estado, mas também pela sociedade como um todo. O discurso de combate ao inimigo ganhou contornos de guerra, e o grande crescimento do poder punitivo acarretou na edição de leis mais rigorosas e ao mesmo tempo violadoras dos princípios que embasam os direitos e garantias fundamentais, em nome da guerra contra as drogas.

Importante ressaltar que o objetivo de erradicar as substâncias psicoativas através do alto investimento no aparato repressor nunca foi alcançado. O que antes era tido como uma solução
passa a ser questionado no sentido de propor outras formas menos danosas de lidar com determinadas substâncias que não seja através do caráter bélico e sanitário.

As relações entre a consolidação da política legislativa antidrogas brasileira e o cenário internacional evidenciam que o que aconteceu foi apenas um reflexo de um movimento global de um discurso punitivista de combate às drogas, que encontrou adeptos em todas as partes do mundo – América, Ásia, Europa – com os países signatários da convenção do ópio e os que reproduziram a vanguarda legislativa norte americana da guerra contra as drogas.

Portanto, esta política não é uma particularidade brasileira, mas sim fruto de um movimento de escala planetária a partir de um processo histórico de consolidação da mentalidade repressiva que vai culminar numa racionalidade criminológica voltada para o encarceramento em massa e para o combate de um inimigo contraposto à sociedade civil.

3. Os discursos legitimadores da proibição

Ao delinear os aspectos históricos que influenciaram a legislação brasileira no que tange ao aumento da repressão, é possível observar os discursos oficiais que permeiam o controle das drogas, bem como os fenômenos da criminalização primária e secundária, recaíndo sobre os setores pauperizados da população. Tal discurso obscuro norteado pela noção de inimigo a ser combatido a qualquer custo e seus estereótipos tem como consequência o aumento da desigualdade social e marginalização, resultando em um encarceramento em massa impulsionado pelas agências de controle do tráfico.

Diante disso, depreende Alessandro Baratta (2002, p.61) que “a criminalidade é um ‘bem negativo’, distribuído desigualmente conforme a hierarquia dos interesses fixada no sistema sócio econômico e conforme a desigualdade social entre os indivíduos”.

A partir do marco teórico da criminologia crítica, pode-se depreender o fenômeno da criminalização das drogas a partir de variados discursos proibicionistas, conforme serão expostos a seguir.

3.1. O direito penal do inimigo como desdobramento da ideologia da defesa social

Nos últimos decênios, houve uma intensa mudança no âmbito da política criminal de drogas sob o pretexto de medidas emergenciais a serem tomadas, dando causa à intensa expansão do poder punitivo. Esta transformação advém, dentre outros fatores, por meio da Ideologia da defesa social (IDS), elegendo o traficante como o mal a ser eliminado.
No período entre a ditadura militar e a democracia, o “inimigo interno”, segundo Vera Malaguti Batista (2004, p.158), passa do terrorista ao traficante, em razão dos sistemas de controle social terem se voltado para a criação de um novo inimigo interno com base em concepções moralistas e “perigosistas”, “reproduzindo representações da juventude pobre como suja, imoral, vadia e perigosa”.

Conforme aduz Salo de Carvalho (2010 p.31), a referida ideologia encontra arrimo na sociedade capitalista através da mudança: “ [...] a IDS se insere no universo macroeconômico do nascente capitalismo, inserindo seus postulados no amplo movimento de codificação penal ocidental. Com a transformação do Estado Moderno – de Estado Liberal absenteísta em Estado Social intervencionista –, o projeto penal é remodelado, ganhando nova perspectiva com a criminologia etiológica. [...] a IDS atravessa a realidade das práticas repressivas, fundando o senso comum do homem da rua (every day theory) sobre o crime, a criminalidade, o criminoso e a resposta punitiva”.

A IDS continua então a oferecer formas de interpretação do crime, do criminoso e da pena, também influenciado pelo que Vera Malaguti Batista (2004, p.159) vai denominar de “policialização dos discursos acadêmicos” como consequência de um papel protagonista exercido pela mídia no tocante à questão criminal, que sustenta a ideia de aumento do rigor nas práticas punitivas e ações a partir de um “senso comum imbecilizado e imbecilizante”. Tais conceitos policialescos constroem a figura do traficante como a “encarnação do demônio”, sob o pretexto da ameaça do crime organizado e da existência de um Estado paralelo.

Destra forma, a política criminal de drogas se firmou no conceito de guerra. Os discursos articulados passaram a trazer a ideia de guerra ao inimigo, que deve ser eliminado a qualquer custo, legitimada através da própria sociedade. A recorrência ao modelo bélico representa uma guerra suja, a qual o inimigo não joga honestamente. Sendo assim, o Estado não teria a obrigação de respeitar normas penais, processuais e constitucionais, uma vez que tudo vale na guerra contra a criminalidade.

Salo de Carvalho (2010, p.33) preconiza que a estrutura desta ideologia (auto)legítima constantemente o sistema repressor, instrumentaliza os aparelhos repressivos no sentido de um desempenho de contrariedade aos direitos fundamentais e mantém, assim, a estrutura hierárquica e seletiva do sistema de controle. Segundo o autor, a política de guerra instaurada no Brasil tem por base uma tríplice ideologia, representado pela Ideologia da Defesa Social e complementada pelos Movimentos de Lei e Ordem e pela Ideologia da Segurança Nacional.
A constante edição de leis que recrudescem o sistema repressor reproduz essa política de combate ao inimigo, e a partir da consolidação dessa lógica da guerra envolvendo o cenário das drogas confirmam a fórmula foucaultiana de que “a política é a guerra continuada por outros meios”, na inversão da famosa frase do militar prussiano Von Clausewitz.

A política legislativa brasileira, com o ideário bélico já tão firmemente enraizado, vai, então, reafirmar e reproduzir a mentalidade da guerra, segundo o que Foucault denominou de esquema de análise do poder de “guerra-repressão”, na busca de proteger aquilo que, ideologicamente, se vai definir como normal.

Trazendo ao debate o conceito de Ideologia da Defesa Social e Movimentos de Lei e Ordem elucidados por Alessandro Baratta, Salo de Carvalho (2010, p.30) esclarece que “A IDS perpassa o senso comum e teórico sobre criminalidade, sendo transversal à formação dos saberes penais. Nasce com o direito penal liberal e revigora seus postulados com o positivismo criminológico e o tecnicismo dogmático. Ou seja, em que pesem as profundas diferenças no que diz respeito aos métodos, aos objetos e às funções (declaradas) do direito nas diversas fases da cultura penal da Modernidade, a IDS apresentaria núcleo principiológico comum rígido. O MDS, por sua vez, poderia ser considerado como ‘una de las especificaciones que en las últimas décadas ha halado La ideología de la defensa social’”.

Diante da legitimação da violência através da IDS, a manutenção do corpo social saudável é buscada a qualquer custo a partir de conceitos vazios, de forma a modelar (aumentar) a interferência das agências penais e alterar os princípios norteadores do Estado de Direito. Com a segurança pública como pano de fundo há uma banalização da violência praticada pelo Estado. No entender de Comblin (apud, CARVALHO, 2010, p.38), a intervenção das agências punitivas é declarada adequada sempre que for utilizada em nome da insaciável segurança nacional, utilizada sucessivamente a serviço dos que se intitulam como “cidadãos de bem”.

Convém salientar que tal ideologia da guerra contra o inimigo sempre permeou as sociedades desde a pré-modernidade. De acordo com Zaffaroni (2007, p.87) o poder punitivo foi exercido pela Igreja Católica e manifestado primeiramente por meio de um discurso teocrático como forma de garantir a debilitada autoridade papal recaingindo sobre seitas ou dissidentes.

Depois, o exercício do poder de punir foi direcionado às mulheres em razão de sua pretensa inferioridade, sob a alegação de sua união com o inimigo (Satã), tendo em vista a falsa ideologia da palavra feminina, sendo atribuído a fe e minus a acepção de menos fé, com o
surgimento da Contrarreforma, os Tribunais da Santa Inquisição passaram a perseguir hereges luteranos.

O autor adverte (2007, p.81) que os estereótipos perseguidos ao longo da história foram diferentes, a depender da demanda emergencial de cada época e dos preconceitos unidos aos discursos populistas do momento, disseminando a qualificação de inimigo de forma arbitrária conforme os interesses dos detentores do poder.

Sob o ponto de vista do sociólogo americano Howard Becker (2008, p.15), é comum aos grupos sociais a feitura de regras que serão impostas em algum momento. Tais regras estabelecem um tipo de comportamento a ser seguido, de forma a descrever algumas condutas como “certas” e coibindo as consideradas “erradas”. Assim, o infrator de determinada regra imposta pelo grupo social passa a ser visto como um outsider, ou seja, alguém que não vive de acordo com as regras estabelecidas pela sociedade.

Dentre as várias concepções do que seria um ser desviante, o autor caracteriza como uma falha em seguir as regras geralmente aceitas estabelecidas pelo grupo em questão. Becker afirma, entretanto, que o fato central da questão do desvio é que ele é criado pelos próprios grupos sociais, ao estabelecer regras cujo não cumprimento é considerado como desvio. Assim, o ser considerado desviante vai ser aquele devidamente rotulado, pois “o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicaçao por outros de regras e sanções a um ‘infrator’” (BECKER, 2008, p.22).

Destarte, o fato de um ato ser ou não considerado desviante, vai depender da forma com que as pessoas reagem a ele, sendo visto por este grupo como o infrator de uma norma. Logo, o comportamento tido como desviante vai depender da natureza do ato infracional e da reação das pessoas a este tipo de conduta. No entender de Becker (2008, p.27), não há como saber se um determinado ato será considerado como desviante até que se saiba a reação dos outros, uma vez que o desvio “não é uma qualidade que reside no próprio ordenamento, mas na interação entre a pessoa que comete um ato e aquelas que reagem a ele” (BECKER, 2008, p.27).

Como resultado, as regras passam a ser mais aplicadas a umas pessoas do que outras, a depender de quem comete o ato infracional e de quem se sente lesado por ele. Relacionando o conceito de desviante a estudos da delinquência juvenil, Becker (2008, p.25) leciona que: “Meninos de áreas de classe média, quando detidos, não chegam tão longe no processo legal como os meninos de bairros miseráveis. O menino de classe média tem menos probabilidade, quando apanhado pela polícia, de ser levado à delegacia, de ser autuado; e é extremamente
improvável que seja condenado e sentenciado. Essa variação ocorre ainda que a infração original da norma seja a mesma nos dois casos. De maneira semelhante, a lei é diferencialmente aplicada a negros e brancos”.

Desta forma, o etiquetamento (labeling approach) dos seres considerados como desviante vai se tornar ainda mais latente mediante a criminalização dos atos preparatórios como análogos à atividade de tráfico, com a multiplicação dos verbos presentes no artigo 33 da Lei 11.343/2006, por exemplo. Além disso, as agências de controle social vêm mitigando constantemente as garantias individuais sob o pretexto de combate ao tráfico, configurando o verdadeiro direito penal do autor, com a imposição de penas flagrantemente desproporcionais com relação ao bem jurídico tutelado pela norma.

Dentre as principais teorias doutrinárias, a que mais ganhou destaque foi a formulação de Gunther Jakobs acerca do direito penal do inimigo. De acordo com o autor, os criminosos deveriam receber tratamentos diferenciados através de medidas de repressão, com o objetivo de diminuir a ascensão desta ameaça que invade cada vez mais o campo do direito penal.

Jakobs considerava que o direito penal de garantias somente seria aplicável aos cidadãos que cometem crimes acidentais ou esporádicos. Para os membros desta classe, no caso de um eventual imbróglio criminal, estariam abrigados por todos os direitos e garantias fundamentais, inerente a um Estado Democrático de Direito. Estes cidadãos seriam aqueles que apesar de terem cometido um ilícito, não teriam o condão de oferecer riscos com relação à manutenção da vigência das normas. “Quem no presta uma segurança cognitiva suficiente de um comportamento personal, no só o pode esperar ser tratado ânc como persona, sino que el Estado no deve tratarlo ya como persona, ya que de ló contrario vulneraría el derecho a la seguridad de las demás personas” (JAKOBS, 2003, p.47)

Como adverte Salo de Carvalho (2010, p.75), o traço característico demonstrado pelo inimigo seria a “habitualidade e a profissionalização no cometimento de crimes”. Jakobs, portanto, não delimita a etiqueta de inimigo apenas aos terroristas, mas todos aqueles elementos cujas atitudes demonstram certa periculosidade, evidenciando a possibilidade de repetir o ilícito penal.

Com isso, a mera probabilidade do dano permite uma interferência das agências de controle social ainda que os atos praticados sejam meramente preparatórios, ensejando uma cessação das garantias processuais. A punição ao transgressor não tem por finalidade a reafirmação da vigência da norma, como ocorre no direito penal do cidadão, mas sim a
eliminação de um perigo iminente. “[...] por la circunstancia de que no se trata en primera línea de la compensación de un daño a la vigencia de la norma, sino de la eliminación de un peligro: la punibilidad se adelanta un gran trecho hacia el ámbito de la preparación, y la pena se dirige hacia el aseguramiento frente a hechos futuros, no a la sanción de hechos cometidos. Brevemente: la reflexión del legislador es la siguiente: el otro «me lesiona y a por ... [su] estado [en ausencia de legalidad] (statu inusto), que me amenaza constantemente)) 34. Una ulterior formulación: un individuo que no admite ser obligado a entrar en un estado de ciudadanía no puede participar de los beneficios del concepto de persona”. (JAKOBS, 2003, p.40)

Baseado na função do direito penal de mera contenção das classes consideradas perigosas proposta pelo autor, Zaffaroni afirma que o direito processual penal possui o mesmo desempenho na América Latina, com relação às prisões cautelares. “Além de o direito penal legitimar as medidas de pura contenção para perigosos em todos os códigos que admitem o sistema binário, na América Latina o direito processual penal também faz o mesmo com a prisão cautelar. Em outras palavras, para quase três quartos dos presos da região vigoram condições análogas às de Guantánamo. O fato de estarem submetidos a processo não representa ma diferença substancial, porque quando os processos e a prisão cautelar se prolongam indefinidamente, a situação do preso processado torna-se idêntica à do não processado”. (ZAFFARONI, 2007, p.164)

Esta medida de contenção baseada unicamente no juízo de periculosidade do inimigo gera a sua despersonalização, pelo fato de que ninguém tem a capacidade de prever o futuro, o que deixa a caracterização do inimigo nas mãos de um juízo puramente subjetivo do individualizador.

Jakobs afirma, portanto, que em alguns casos excepcionais, o Estado de Direito tem legitimidade para proteger os cidadãos a depender da necessidade, sendo esta suposta pelo soberano. Assim, há uma inevitável ruptura com o Estado de direito, pois a partir de conceitos vagos de emergência e necessidade surge para o soberano o poder de suspender o Estado de direito de forma a declarar como inimigo aquele que a situação demandar.

Desta forma, o Estado de direito de Jakobs anula o próprio Estado de direito, pois fica nas mãos do soberano o poder de individualizar e perseguir inimigos, os quais não têm capacidade de oferecer resistência.

Neste contexto, Giorgio Agamben vai trazer à discussão a ambivalente figura do homo sacer, oriunda do direito romano. Tal figura, de acordo com o autor (2010, p.83), é constituída
por duas características: “a impunidade da matança e a exclusão do sacrifício”. A permanência da ordem social vai se pautar, portanto, através de um abandono dos direitos e garantias fundamentais, na qual o homo sacer ganha definição de vida matável, porém, ins sacrificável.

À vista disso, o soberano ganha poder sobre a vida do homo sacer, podendo decidir o instante no qual sua vida deixa de ser politicamente relevante (FABRES, 2010, p.10). A vida nua passa a ser inserida num contexto da biopolítica incorporando-se cada vez mais nos mecanismos do poder, sendo inserida no ordenamento através de sua exclusão, ou seja, de sua completa matabilidade.

O homo sacer, figura oriunda do direito romano arcaico, é pautada numa dupla exceção soberana, ou seja, “a lei se aplica de fato ao caso excepcional desaplicando-se, retirando-se deste, do mesmo modo o homo sacer pertence ao Deus na forma da ins sacrificibilidade e é incluído na comunidade na forma da matabilidade. A vida é ins sacrificável e, todavia, matável, é a vida sacra” (AGAMBEN, 2010, p.84).

Assim sendo, sua morte não é considerada um sacrifício e nem um homicídio, permitindo ao soberano que se tenha um direito de vida e de morte sobre o homo sacer. Embora o sacrifício seja proibido em nome dos direitos fundamentais, a contradição é nítida diante da impunibilidade daquele de qualquer um que o mata, suspensando a lei constantemente no estado de exceção para aplicar sobre ele a vida nua.

Com efeito, qualquer tipo de desvio não é considerado uma violação à norma, que precede a aplicação de uma punição, mas sim uma “exceção originária, na qual a vida humana, exposta a uma matabilidade incondicionada, vem a ser incluída na ordem política” (AGAMBEN, 2010, p.87).

No caso específico do Brasil, os traficantes serão as figuras que vão receber essa etiqueta, de forma a representar a lógica do direito penal do inimigo como racionalidade criminológica que vai orientar o sistema de repressão numa verdadeira caça aos sujeitos envolvidos com as drogas, seja como traficantes ou usuários, a depender sempre de um corte de classe.

4. A lógica do capital como um dos elementos propiciadores do aumento da repressão

A partir de uma breve análise histórica acerca das penas nota-se que as sanções aplicadas eram denominadas de suplícios. Tal penalidade se constituía em penas físicas, as quais variavam conforme a natureza dos crimes praticados pelos condenados, não só com o objetivo
de produzir sofrimento àquele que cometeu o crime, mas também de forma a manifestar o poder do soberano.

Michel Foucault (1997, p.91) destaca que o antigo sistema era caracterizado pelo fato de o corpo dos condenados se tornar posse do rei, imprimindo assim sua marca e reafirmando seu poder por meio do espetáculo.

Entretanto, as necessidades do sistema capitalista não mais condiziam com os castigos aplicados aos condenados. A pena passa a ter o fíto mercantil, explorando a força de trabalho dos reféteiros para que o exercício de reserva de mão de obra fosse controlado. Nas palavras de Foucault (1997, p.100) o trabalho penal possui quatro vantagens: “Diminuir o número de processos criminais que custam caro ao Estado [...]”; não ser mais necessário adiar os impostos para os proprietários dos bosques arruinados pelos vagabundos; formar uma quantidade de novos operários, o que ‘contribuiria, pela concorrência, a diminuir a mão de obra’; enfim permitir aos verdadeiros pobres ter os benefícios, sem divisão, da caridade necessária”.

Pavarini (1987, p.32) afirma que neste contexto é que vão ser criadas as casas de correção, as quais almejavam a reforma dos condenados por meio do trabalho e da disciplina, surgindo com o objetivo de adequar a força laboral ao modo de produção capitalista, que promovia grandes lucros nos processos de produção elaborados.

Desta forma, a lógica do capital vai passar a abarcar o fenômeno da punição, que nos dias atuais surge como um dos elementos principais que favoreceram o recrudescimento da repressão, tendo nas drogas um de seus reflexos por meio da apropriação pelo mercado dos efeitos do direito penal.

No entender de Wacquant (2001, p.07), há uma pretensão por parte da “penalidade neoliberal” – conjunto de discursos relacionados à pena criminal – de aumentar o Estado policial e penitenciário em detrimento do Estado econômico e social, que é a principal causa da escalada da violência e da insegurança que assola todos os países, tornando-se, então, um ciclo vicioso.

Nesse sentido, o tratamento da miséria é feito através do direito penal, “que visa as parcelas mais refratárias do subproletariado que se concentra no curto prazo dos ciclos eleitorais e dos pânicos orquestrados por uma máquina midiática fora de controle [...]” (WACQUANT, 2001, p.8).
PANÓPTICA

O resultado disso foi o sensível aumento da população carcerária, assim como os necessários para seu sustento, como investimento no poder de polícia, equipamento carcerário, bem como o crescimento dos excluídos socialmente, o que gerou uma grande massa de ociosos.

Assim, conforme observa Wacquant (2001, p.8), um dos fatores que fortaleceu o crescimento da violência criminal especificamente no Brasil, foi além de várias razões em sua história, a posição de dominação à qual o país se submeteu no que tange às estruturas das relações econômicas internacionais, bem como as intensas desigualdades sociais e pobreza em massa.

Na escassez de qualquer proteção social, a juventude dos bairros isolados pela miséria e falta de perspectiva procuram formas de sobreviver e satisfazer seus desejos ditados pelo mercado.

Porém, como bem salienta Bauman (1997, p.55), ao mesmo tempo em que a sedução do mercado iguala, ela divide. As propagandas são transmitidas de forma indiscriminada para todos os setores da população, porém, poucos podem corresponder à sedução do mercado capitalista que acaba por alijar diariamente os que não estão aptos para o mercado de consumo.

Deste modo, o consumo desenfreado e a posse de alguns objetos são expostos como o segredo para o sucesso, mostrando como condição para a felicidade. Os incapazes de participar desta sociedade de consumo são, portanto, excluídos do jogo.

Apesar de serem mantidos sempre fora do jogo, Bauman assevera (1997, p.57) que essa massa atende à uma importante função, qual seja a de mostrar aos que ainda permanecem no jogo as horríveis cenas do outro caminho, com o intuito de que sejam fortes o bastante para sofrer as tensões criadas pelo certame.

Os excluídos do jogo são, desta forma, vistos como um mal que deve ser combatido por meios coletivos, definidos por meio do crime individual. Assim, as consideradas “classes perigosas” serão caracterizadas como classes de criminosos.

Tal etiquetação se encontra inerente para o pleno desenvolvimento da sociedade consumista. Os consumidores falhos, nos dizeres de Bauman (1997, p.57), “os excluídos do jogo”, são a encarnação da ameaça à vida do consumidor, o que torna não só seu isolamento em periferias e guetos legítimo, mas também as constantes humilhações e castigos aplicados.

Nesse sentido, o que se observa é a formação de uma grande massa de não-consumidores, passando a serem tratados como inúteis. A extinção desta classe constitui, de acordo com Bauman (1997, p.56), “um suplemento indispensável da integração mediante sedução numa
sociedade de consumidores guiada pelo mercado”, razão pela qual devem permanecer fora do jogo.

A sociedade de consumo, portanto, produz uma autêntica subclasse, composta pelos sujeitos sociais que já não apresentam utilidade por sua inaptidão ao consumo, os quais acabam relegados aos processos de exclusão e eliminação sociais, a exemplo do sistema de justiça penal (BAUMAN, 2008, p. 156).

Deste modo, com a desregulamentação das forças de mercado e a partir de uma ideologia meritocrática, há uma hierarquização dos grupos sociais, de modo que as atenções se voltem para as “atividades legisladoras, generalizadoras, classificatorias e categorizadoras” (BAUMAN, 1997, p. 53).

Os que não conseguem a inserção no mercado de trabalho, chamados por Bauman de “consumidores falhos”, se tornam, portanto, alvos do sistema penal, haja vista a tanto a não contribuição e a consequente obstrução do o processo de circulação de capital diante do cometimento frequente de crimes contra o patrimônio.

Assim, como os consumidores renegados não possuem os meios para satisfazer o desejo que lhes é posto, a única solução é a obtenção dos fins alcançados de forma direta, independente do meio utilizado.

Os crimes contra o patrimônio aparecem, portanto, como objeto de criminalização primária, que teve como público alvo os trabalhadores pobres, ainda que a pobreza não constitua critério positivado no texto legal. Neste diapásio, Castilho (2001, p. 49) afirma que “o Código Penal brasileiro, por exemplo, reflete sobretudo o universo moral próprio da cultura burgues-individualista, que privilegia a proteção do patrimônio privado e a repressão das condutas desviadas típicas dos grupos socialmente marginalizados”.

Neste contexto, é possível observar essa lógica no Código Penal brasileiro, que tem no latrocínio a pena mais alta (vinte a trinta anos de reclusão), bem como o furto, crime sem violência punido exclusivamente com reclusão. Ao passo que, caso algum indivíduo portador de um determinado status social ou econômico caia nas malhas do crime, haverá para o mesmo várias formas jurídicas de se livrar do sistema penal. Assim, ainda que tenha praticado o fato típico, jurídico e culpável, o intérprete “escolhe” por não selecioná-lo para o sistema penal.

Voltando à detida análise da política criminal brasileira, outro fator mencionado por Wacquant que contribuiu para a escalada da violência é o uso constante da bestialidade por
parte das forças policiais que através de torturas e execuções sumárias criam um clima de medo entre as classes baixas, institucionalizando a violência.

A brutalidade policial se traduz no comando dos miseráveis por intermédio da força, de forma semelhante a que se dava no período militar que sob pretexto de uma ameaça comunista, de forma a perseguir os delinquentes políticamente escolhidos daquela época, tido como “subversivos”.

Um terceiro fator citado pelo autor francês é a hierarquia de classes e a discriminação com base na cor, bem como a estratificação racial e étnica. É explícito o tratamento diferenciado, a começar pela polícia que impõe uma intensa vigilância e uma violência desmedida, a falta de acesso à justiça e a punição mais severa.

Na lição de Loic Wacquant (2001, p.10) a tentativa de combater os conflitos sociais advindos da desregulamentação da economia, bem como a miséria de grande parte do proletariado das grandes cidades se dará através de uma hipertrofia do Estado penal, impondo o que o autor vai chamar de “ditadura sobre os pobres”.

É nesse contexto que o modo de produção capitalista vai expandir seus horizontes para o controle penal, através da privatização dos presídios. Assim, devido ao recrudescimento das leis penais, os presídios se tornam negócios com garantia de lucro, uma vez que não há porque se preocupar com a falta de clientela para o sistema penal.

Desta forma, com as atenções voltadas ao Estado penal em detrimento do Estado social, as empresas privadas e alianças econômicas terceirizadas ganham espaço no sistema penal não só através da privatização dos complexos penitenciários, mas, também, da terceirização de serviços como alimentação, vestimenta, limpeza, controle dos presos, segurança, transporte etc.

O mercado capitalista permanece, então, aquecido devido à exploração da massa excluída com seu encarceramento, e o dinheiro público que deveria ter como destino os programas sociais, é revertido para o sistema penal, gerando lucro para as empresas privadas.

Com isso, Guimarães (2007, p.298) afirma que, com o objetivo de auferir ainda mais lucro, as empresas privadas excluem aqueles que não pertencem à sociedade de consumo, seja em direção aos presídios privatizados ou não, pois os que não são privados possuem uma rede ampla terceirizada, o que gera lucro da mesma forma.

Assim sendo, fica fácil imaginar que os interesses privados passem a ter uma grande influência no que tange às políticas criminais, uma vez que o lucro cresce proporcionalmente com o número de encarcerados. De acordo com Garland (2008, p.259), “o acolhimento do setor
privado está fadado a gerar consequências desastrosas, à proporção que começa a transformar o perfil do campo de controle do crime, estabelecendo novos interesses e incentivos, criando novas desigualdades de acesso e de provisão e facilitando um processo de expansão penal que, de outra forma, talvez fosse mais contido”.

Tudo isso tem como pano de fundo um discurso declarado no qual as prisões privadas seriam criadas com o intuito de reduzir gastos públicos, aliviar a superlotação carcerária, respeitar os direitos humanos dos detentos, entre outros.

Entretanto, através de um estudo feito nos presídios nos Estados Unidos e Inglaterra, Minhoto (2000, p.92) afirma que os resultados não trouxeram melhorias para os detentos, tampouco para a sociedade. Além do fato de que as empresas estão constantemente ampliando seus lucros. Vejamos: “Num balanço geral da análise feita neste capítulo, pode-se dizer que tanto nos EUA, quanto na Inglaterra, as prisões privadas têm operado aquém dos termos em que têm sido propostas e, no entanto, o setor continua em franca expansão. Se, de um lado, há evidências fundadas de que a operação privada de estabelecimentos correccionais não tem executado um serviço mais eficiente nem tampouco mais barato, como também não tem conseguido fazer frente aos objetivos internos do sistema de justiça criminal, notadamente o alívio da superpopulação e a reabilitação de detentos, além de despertar forte polêmica, é certo que paradoxalmente as prisões privadas vêm se expandindo e as companhias ampliando largamente suas margens de lucratividade”.

Neste sentido, é possível constatar que a lógica do capital vai avançar não só na direção dos presídios, mas também da segurança privada de uma forma geral, uma vez que a sensação de falta de segurança será ampliada principalmente pelos meios de comunicação em massa, através da ideologia do medo. Deste modo, aumenta-se a necessidade de consumir produtos e serviços de segurança, de forma a transformar este direito social garantido pela Constituição Federal, em mercadoria.

Assim, é criada uma falsa necessidade de consumir determinados produtos para que se possa viver em segurança, tendo em vista o medo criado pela mídia no que tange ao aumento desmedido da violência urbana. A indústria do medo faz surgir um novo e lucrativo mercado, transformando “o que até então era considerado inútil para o capital (os que não produzem mais-valia) em uma importante fonte de um mercado lucrativo e em expansão” (FELETTI, 2014, p.135).
Neste contexto, Feletti (2014, p.136) sustenta que o receio do perigo iminente de sermos vítima da violência está fixado no imaginário da sociedade de forma a serem levados a consumir algum produto ainda que a ameaça não exista efetivamente, bastando que o medo esteja sempre presente.

Para conviver com este perigo incessante, há a necessidade, como numa guerra, de se defender de todas as formas possíveis, de modo a garantir sua proteção. Segundo Feletti (2014, p.137), o capital encontra um novo espaço para se expandir: “chip de localização para carros, cachorros e tablets; cercas elétricas; alarmes; GPS no celular dos filhos; blindagem de automóveis; identificação por DNA; seguros de vida, da casa e do carro; guarda costas; software de identificação facial para tablets, celulares, acesso a residências e empresas; vídeo-monitoramento de ruas, condomínios e até dentro de casa; fechaduras que se abrem por impressão digital; spray de pimenta; armas elétricas para uso pessoal; bonecos infláveis para mulheres que dirigem à noite e sozinhas, etc.”.

Além do lucro auferido pelas empresas privadas através da difusão da ideologia do medo, os meios de comunicação também utilizam a violência como um de seus principais produtos. Através de um amplo destaque aos crimes cometidos pela classe baixa, a audiência dos programas de televisão aumenta, e consequentemente, há uma venda maior de comerciais, com uma maior exposição das marcas.

Este medo propagado cria uma legitimidade advinda da própria sociedade para que o Estado aumente o controle penal dos delitos cometidos por trabalhadores de classe baixa, bem como alavance o mercado consumidor de produtos e serviços de segurança privada.

Portanto, a manipulação das massas populares é peça chave para a ampliação do controle penal, pois, no entender de Nilo Batista (2005, p.369), “a difusão do medo do caos e da desordem tem sempre servido para detonar estratégias de disciplinamento e controle das massas populares”.

Além de incentivar o consumo de segurança privada, que tem sido um dos mercados mais lucrativos ultimamente, a ideologia do medo difundida principalmente pela mídia vai criar esse ideário de uma violência espetacularizada consumadas em programas que clamam por uma maior intervenção penal, retroalimentando o discurso de ódio e de apologia à violência policial, de modo a reforçar a construção dos estereótipos de criminoso, associando o homem negro e pobre como bandido ou como um potencial criminoso.
Com relação à espetacularização, Guy Debord (1997, p.20) aduz que o espetáculo é o modelo atual da vida em sociedade, de forma que os meios de comunicação em massa, apesar de adotarem um discurso de neutralidade, “convém ao automovimento da sociedade”, constituindo elemento que reproduz a sociedade de classes.

Portanto, o espetáculo se caracteriza por um “poder separado desenvolvendo-se em si mesmo” (DEBORD, 1997, p.22), de modo que toda a comunidade e seu senso crítico se desenvolvem a partir do espetáculo. Deste modo, Debord (1997, p.24) leciona que “A alienação do espectador em favor do objeto contemplado (o que resulta da sua própria atividade inconsciente) se expressa assim: quanto mais ele contempla, menos vive. Quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos compreende sua própria existência e seu próprio desejo. Em relação ao homem que age, a exterioridade do espetáculo aparece no fato de seus próprios gestos já não serem seus, mas de um outro que os representa por ele. É por isso que o espectador não se sente em casa em lugar algum, pois o espetáculo está em toda parte”.

Este ideário contemplado pelos meios de comunicação vai criar uma realidade paralela e simbólica a partir do marketing, transformando a violência cotidiana num grande espetáculo a ser consumido, o que traz à tona a questão de até que ponto é real a escalada da violência e o poder que a sociedade tem de maximizar esses efeitos, através dos discursos de ódios geralmente proferidos, os quais ignoram por completo os direitos humanos.

Neste contexto, a figura do traficante passa a ser demonizada, sendo visto como a essência do mal na sociedade, um ser desprovido de qualquer limite moral, o que legitima a redução de direitos e garantias fundamentais e até mesmo seu exterminio. O homem negro e pobre ganha contornos de um ser de alta periculosidade, passa a ser perseguido e sua contenção é vista como uma necessidade, como um mal que deve ser exorcizado, sendo extirpado da sociedade a qualquer custo.

5. Considerações finais

No início do século XX, com a ascensão dos atos legiferantes em favor ao aumento da repressão às drogas, a demanda por estas substâncias passa a ser bloqueada por motivos criminais, fazendo surgir um mercado ilegal, lucrativo, e, por isto, violento. A violência como sendo o único meio de resolução de conflitos, tendo em vista a total ignorância (leia-se...
desinteresse) do estado que persiste em resolver um problema social através da repressão policial e a classe baixa que não tem o poder de consumir passa a ser encarada como o grande mal da sociedade, personificando o inimigo a ser combatido como o negro e pobre.

Desta forma, o sistema penal passa a ser influenciado pela lógica capitalista, encarcerando as classes inúteis para a circulação do capital, de modo a gerar lucros exorbitantes para as empresas privadas que têm total interesse na difusão do medo, pois é este terror que vai dar espaço para privatização dos presídios, os quais funcionam de acordo com a ideologia do capital, tendo como objetivo o aumento do lucro, e, por conseguinte, o aumento no número de encarcerados.

Interesse este compartilhado pela mídia, que trata os conflitos ocorridos na sociedade de maneira parcial e tendenciosa, a mexer com as sensações de quem assiste, transformando tudo num espetáculo cujo objetivo é angariar sempre mais audiência, de forma a haver uma maior exposição de suas marcas.

Conclui-se, portanto, que a atual política mundial de drogas predomina no Brasil, e é pautada em estereótipos. O que se percebe é o encarceramento da classe pobre, enquanto a classe abastada é recebida em clínicas de luxo. Um é tratado como criminoso, e outro como dependente.

Referências


